

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 264, DE 2008

Altera a redação dos arts. 14, § 2º e 143, *caput*, da Constituição federal, tornando o serviço militar facultativo.

Autor: Deputado MARCELO SERAFIM

Relator: Deputado BERNARDO ARISTON

I - RELATÓRIO

Pela presente proposição, pretende o seu ilustre Autor tornar o serviço militar facultativo entre nós.

Justifica a proposição alegando que o alistamento deve ser uma decisão pessoal do jovem e não uma imposição. O serviço militar obrigatório fere a liberdade individual e é anacrônico se compararmos com a Legislação da “maioria das nações desenvolvidas”.

A Proposta vem a esta douta CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, no prazo do regime especial de tramitação previsto no RI para este tipo de proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De início, é de se notar o cumprimento do quorum mínimo de subscritores exigido para este tipo de proposição (CF: art. 60, I), como atesta o órgão técnico responsável.

Também não vigoram no país, outrossim, as circunstâncias excepcionais que desautorizam a alteração constitucional enquanto perdurem, e que são: intervenção federal, estados de defesa e/ou de sítio. (Cf: art. 60, § 1º).

Finalmente, são respeitadas as chamadas “cláusulas pétreas” da Lei Maior, elencadas nos incisos I a IV do § 4º do mesmo art. 60 da CF, a saber:

“Art. 60.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais”.

Observe-se entretanto que a proposição, caso prospere, deverá ter sua técnica legislativa aperfeiçoada na oportunidade própria.

Assim, votamos pela admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional nº 264, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado BERNARDO ARISTON
Relator